

Especial aposentados e pensionistas



O PETROLEIRO



BOLETIM DO SINDICATO DOS PETROLEIROS DO LITORAL PAULISTA - julho de 2010 - # 32 - www.sindipetrolp.org.br

Reunião Mensal

Dia 15 de julho às 15h00– (quinta-feira)

Local: Sede Sindipetro-LP (Av. Conselheiro Nébias, 248 - Vila Mathias)

Roberto Ribeiro:

coordenador do Departamento dos Aposentados – Sindipetro-RJ

Dirney Ribeiro:

coordenador do Departamento dos Aposentados – Sindipetro-RS

CONVIDADOS

Objetivo: vão falar sobre Acordo Coletivo de 2010, Petros, AMS para os aposentados, sem discriminação



Se o símbolo da Petrobrás é igual para todos, por que os direitos não?

“Trabalhador que discrimina a própria categoria, bom sujeito não é. Ou é egoísta, ou não tem consciência de classe, pois é!”

“Dirigente sindical que defende discriminação é traidor da categoria!”

Convidamos nossos associados e associados para comparecerem à reunião mensal dos aposentados, no próximo dia 15 de julho, às 15 horas, na sede do Sindicato, em Santos.

Neste mês, o encontro terá a participação de dois petroleiros que possuem informações importantes sobre ACORDO COLETIVO DE 2010, PETROS E AMS. São eles: o coordenador do Departamento de Aposentados do Sindipetro-RJ, Roberto Ribeiro, e o coordenador do Departamento de Aposentados do Sindipetro-RS, Dirney Ribeiro.

Contamos com a sua presença para o esclarecimento de dúvidas, sugestões e, principalmente, debates. Convide seus companheiros e companheiras. Ajude a fortalecer a unidade da categoria! Não deixe de comparecer. No último Acordo Coletivo fomos discriminados por causa da ausência dos aposentados e pensionistas na assembleia decisiva.

Vivemos um novo Brasil?

O Governo Federal está propagandeando através da nossa mídia sensacionalista frases de efeito subliminar (que ficam registradas no arquivo da memória) do tipo: - "Estamos vivendo um novo Brasil. Feito por você. Respeitado pelo mundo."

O Governo Lula gastou com propaganda em torno de R\$ 1,2 bilhões. Esta enxurrada de publicidade tem um relevante papel na pesquisa de avaliação pública

do presidente e no empenho de conquista de votos para sua candidata.

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso gastou o equivalente a R\$ 470 milhões. Essa lembrança não é uma defesa do megaprivatizador FHC, que entregou de bandeja ao capital estrangeiro as valiosíssimas riquezas do patrimônio nacional, tais como Vale do Rio Doce, jazidas minerais e petrolíferas, pe-

troquímicas, siderúrgicas, agro-indústrias, etc.

A comparação tem por objetivo fazer uma provocação para reflexão. As campanhas eleitoreiras ao invés de comprometer-se em reduzir as catastróficas injustiças sociais, gerar empregos, investir em saúde e educação, preservar o que resta do nosso meio ambiente, priorizam fictícias imagens e melosos "blá, blá, blá" através da nossa



mercenária mídia, que está claramente sob controle dos poderosos.

Como está o Brasil para os petroleiros da ativa, aposentados e pensionistas?

No nosso 1º Acordo Coletivo no governo "popular" de Lula, em 2003, a casta do poder tentou desvincular os salários dos petroleiros da ativa, dos demais petroleiros aposentados e pensionistas, oferecendo para isso três benefícios - uma trama rejeitada pelos próprios aposentados e pensionistas.

Na mesma linha golpista, "os adotados" diretores da Petrobrás e Petros, com o apoio descarado das aliadas fup e cut, investiram sem trégua na famigerada repactuação.

Sem dó nem piedade discriminaram aposentados e pensionistas, leiloaram jazidas petrolíferas e não usam de transparência para esclarecer o que vão fazer

com as jazidas do pré-sal e encaminhamento dos lucros que serão gerados!

Fupista, quanto custa a tua alma?

Os diretores (ex-sindicalistas de almas vendidas) posteriormente criaram o Plano Petros 2 e fecharam o Plano Petros BD para os novos petroleiros. Esse novo plano de contribuição definida (CD), também com o apoio da fup/cut, não tem garantia de isonomia salarial, prejudicando mais uma vez os trabalhadores.

Entre 2005 e 2009, nos acordos coletivos foram concedidos abonos somente aos companheiros da ativa, boicotando dessa forma nossos direitos

garantidos no art. 41, alimentando covardes discriminações para aposentados e pensionistas.

O mais incrível é que essa discriminação acaba sendo aprovada nas nossas assembleias, devido as ausências dos discriminados. Ou seja, perdemos mesmo sendo a maioria dos associados.

Mais estarrecedor e drástico ainda são sindicatos e "dirigentes" que pedem à categoria para votar a favor dessa discriminação.

Dessa forma, para nos contrapormos criamos a

Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) para lutarmos **por aumento real e pelo fim das discriminações.**

O mínimo que pedimos à nossa categoria é o comparecimento nas assembleias do Acordo Coletivo, para rejeitarmos qualquer tipo de discriminação e achatamento salarial.

Se não aprovarmos o Acordo Coletivo, o mesmo vai para dissídio coletivo e será julgado na Justiça do Trabalho, o que possibilita melhor ganho que a esmola que a Petrobrás sempre oferece.

O Petroleiro: Boletim Informativo do Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista - Sindipetro LP
Sede: Av. Conselheiro Nébias, 248, Santos - SP - Telefax (13) 3221-2336 - E-mail: sindipetrosantos@sindipetrosantos.com.br - Sub-sede: Rua Auta Pinder, 218, Centro, São Sebastião - SP - Tel.: (12) 3892-1484 - E-mail: sindipetro@uol.com.br - Coordenador Geral: Ademir Gomes Parrela: (13) 9601-9656 - Diretor de Comunicação: Sergio Buzu (13) 9601 9453 - Diretores liberados de Santos: Edgar Pallari: (13) 9601 9472 - César Caetano: (13) 9601-9688 - Diretores liberados de São Sebastião: Wilson Roberto Gomes: (13) 7804-1391 - Medina (12) 9708 0152- DAP Imprensa: Maurício Moura e Vasco Nunes - Edição: Leandro Olimpio - Diagramação: Carolina Mesquita - Colaboração: Rivaldo Ramos - E-mail: imprensa@sindipetrosantos.com.br - www.sindipetro.org.br - Impressão: Gráfica Diário do Litoral

Criaturas nefastas criam planos nefastos

Não sabemos há quanto tempo são planejados, mas o começo foi concretizado em 1997, segundo a ata do Conselho de Administração da Petrobrás.

Em 2001, os maquiavélicos diretores pagaram na tentação da migração para o PPV (Plano Petrobrás Vida). Lutamos em atos públicos, passeatas, e com ações na justiça. No fim, os “coisas ruins” tiveram que pagar para quem não migrou.

Em 2005 iniciaram nova investida, mais uma vez oferecendo dinheiro e falsas vantagens, para trabalhadores da ativa, petroleiros e pensionistas, propondo o que esses diretores adoram, ou seja, fazer pactos e chamaram o ato de repactuação, mais uma vez estamos lutando para que o feitiço vire contra o feiticeiro. Mais pode Deus, o todo poderoso!

Novos petroleiros passam a ter direitos de entrar no Plano BD

O TRT (Tribunal Regional do Trabalho) de Brasília desde 11 de maio concedeu sentença favorável, que é continuação da ação civil pública aos cuidados do nosso advogado Doutor Maia. A decisão contempla os funcionários da Petrobrás em ingressar no Plano BD até o fechamento formal do referido plano em 2006.

Segundo Paulo Brandão, nosso conselheiro na Petros, “o plano Petros BD é um plano seguro, sob a modalidade de benefício definido, a justiça foi feita!”.

Pelo amor dos nossos direitos, venha para a Assembleia

No ano de 2009, o comparecimento nas assembleias do Acordo Coletivo de Trabalho foi calamitoso. Cerca de 120 aposentados, em Santos, e 16, em São Sebastião. Perdemos em maioria, pois somos aproximadamente 3 mil associados entre aposentados e pensionistas.

Comentamos no boletim anterior “o teatro” da Copa, o que não tem nada a ver em não gostar de futebol. Nós adoramos um jogo de bola, quem nunca jogou uma partida de futebol?

Chamamos a atenção para o uso do oba-oba nacionalista e para a carnavalesca verde-amarelização do País. Perdemos, faz parte da vida. Quem não perde, não aprende!

Agora, quem não vem na Assembleia porque não está afim, não tem compromisso com a categoria e não leva em conta que seus ganhos mantém sua família.

A comparação acima é para provocar o entusiasmo em você defender o teu direito. Em termos de Acordo Coletivo até agora não

ganhamos uma sequer. Só fomos maioria e rejeitamos o Acordo. Vamos virar o jogo, companheirada!

FIQUEM ATENTOS! PRAZO PARA RECADASTRAMENTO DA AMS VAI ATÉ O DIA 30 DE JULHO

Os companheiros e companheiras que ainda não fizeram o cadastramento da AMS têm até o próximo dia 30 para estar comparecendo à Av. Cons. Nébias, 159. Os documentos necessários para emissão da nova carteirinha são: CPF, RG e comprovante de residência. Vale lembrar, que quem perder o prazo terá problemas com o atendimento médico. Qualquer dúvida entre em contato com o Departamento de Aposentados do nosso Sindicato através do telefone (13) 3221 2336 ramal 230.

Atentado aos trabalhadores

Fundacentro será fechada

No dia 1º julho fomos comunicados, por e-mail, do fechamento do escritório regional da Fundacentro na Baixada Santista. Esta medida é um atento aos trabalhadores, pois o órgão é um

importante instrumento de proteção à saúde e segurança dos trabalhadores.

Enquanto esperávamos mais investimentos em infraestrutura em nossa regional, que já

vinha sendo minada ao longo do tempo, fomos surpreendidos com esta notícia drástica. A Baixada Santista ficará, sem dúvida, mais desprotegida na luta por saúde e melhores condições de

trabalho. Esta medida soma-se a uma série de ações que visam precarizar mais ainda a segurança dos trabalhadores, situação que vai de mal a pior na Baixada Santista.

AEPET desmascara “maracutaia” de petrolíferas no projeto de partilha do pré-sal

No projeto de lei que coordena o modelo de exploração do petróleo nas jazidas do pré-sal foi incluso um artigo garantindo ao contratado na partilha de produção a devolução em petróleo dos valores dos royalties pagos. Foi uma emenda com sugestão da direção da Petrobrás, com apoio do Governo Federal e “lobby” do Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP).

No contrato de concessões

as exploradoras das jazidas têm de pagar ao Tesouro Nacional 10% a título de royalties (no caso, imposto que a empresa tem de pagar pela produção).

Na partilha de produção, novo modelo de exploração do pré-sal, o volume de royalties será de 15% ao invés dos 10% atuais. Na partilha de produção o petróleo retirado é da união e não da contratada.

Na opinião de Fernando

Siqueira, presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET), “a contratada recebe de volta em petróleo o valor de royalties, sendo duplamente contemplada, uma vez que ganha petróleo (nossa riqueza nacional) e deixa de pagar imposto já que a mesma é ressarcida”.

Existe uma forma de redação na emenda que não explica isso com clareza, além das questões técnicas

que precisam ser resolvidas.

No projeto original da Câmara dos Deputados o modelo de partilha e a regra dos royalties seria desmembrado. A parte da partilha seria votada junto com o Fundo Social e a questão dos royalties ficaria para depois das eleições.

A caixa preta do pré-sal continua inelegível. Viva o Brasil, onde todo dia é 1º de Abril!

Retrocesso florestal *

Relatório de Aldo Rebelo alia atraso ruralista a nacionalismo antiquado para desmontar legislação que protege as florestas

O relatório do deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP) à comissão especial da Câmara, com propostas para o novo Código Florestal, extingue a pouca luz da discussão e deixa em cinzas as pontes que ruralistas e ambientalistas mais esclarecidos vinham tentando construir entre os dois lados.

O código, que existe desde 1965, foi modificado em 2001 por medida provisória. O texto estipula que donos de terras estão obrigados a manter intactas parcelas de reserva legal -de 20% a 80% da propriedade, a depender da região.

Proprietários particulares, assim, dividem com o poder público o ônus de preservar as matas como bens comuns. Além da reserva, a legislação em vigor prevê áreas de proteção permanente (APPs). Sem exploração agrícola e cobertos de vegetação, topos de morro e margens

de corpos d’água impedem erosão e assoreamento de nascentes, rios e represas -no interesse de todos.

Até o final do século 20, latifundiários e ruralistas limitavam-se a desrespeitar o código, certos da impunidade. A partir de 2008, o governo federal passou a atuar com mais rigor, no esforço de conter o desmatamento na Amazônia.

Tornou-se necessário reconhecer em cartório (averbar) o passivo ambiental. Vale dizer, delimitar e registrar as áreas desmatadas em desacordo com a legislação. Na falta de averbação até dezembro daquele ano, o dono ficaria sujeito a multas diárias de R\$ 50 a R\$ 500 por hectare.

A ameaça de fiscalização pôs os ruralistas em polvorosa. Passaram a denunciar o código de 1965 como uma peça que inviabilizaria a agropecuária nacional. Conseguiram arrancar do governo Lula

sucessivos adiamentos do prazo para início das multas, de 2008 para 2009 e depois para 2012.

Todos os que tenham cumprido a lei descobrem-se agora como tolos. Encorajados pelo vácuo do Planalto, ruralistas infratores e seus cúmplices parlamentares se lançaram numa campanha para derrubar o código.

O nacionalismo antiquado do PC do B só veio tornar mais “aloprada” essa visão discrepante de tudo o que se descobriu e aprendeu sobre economias sustentáveis nas últimas décadas. Houve recentemente reduções no desmatamento da Amazônia, como quer a opinião pública nacional e internacional. Mas, para Rebelo, isso equivale a dobrar-se diante de potências imperialistas.

A proposta alinhavada pelo relator prodigaliza moratórias, **suspende multas, alarga prazos para**

recomposição de reserva legal, reduz APPs, libera exploração de várzeas e topos de morro... Um lobista em defesa dos interesses mais atrasados da agropecuária não teria feito melhor do que o parlamentar comunista.

Ao tentar transformar em regra de direito o fato consumado dos **crimes ambientais**, o relator abandona a busca de equilíbrio entre agenda econômica e natureza. Não por acaso, **acata a reivindicação de delegar aos Estados o poder de legislar sobre reserva legal e APPs** -que mal disfarça a intenção de transferir as leis para instâncias mais vulneráveis à influência corruptora.

Se faltar ao Congresso coragem para enterrar de pronto esse projeto, que ao menos adie a decisão para a próxima legislatura.

* Texto extraído do Editorial do jornal Folha de São Paulo que foi publicado no dia 10/06/2010